

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: MEMÓRIAS DE ESTUDANTES SURDOS

Eixo 5 – Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva
Daniela Silva da Costa, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e-mail: daniela.silvadacosta@gmail.com
Coautora, Celi Corrêa Neres, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e-mail:celi@uems.br

Introdução

A ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil, impulsionada por políticas afirmativas e marcos legais de inclusão, possibilitou o ingresso de estudantes surdos nas universidades. Contudo, o acesso não garante permanência, participação e conclusão dos cursos, evidenciando desafios relacionados às barreiras comunicacionais, pedagógicas e institucionais ainda presentes no contexto universitário. Apesar do avanço de legislações como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) e decretos voltados à acessibilidade e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), pesquisas apontam que a efetivação desses direitos permanece limitada, especialmente diante de práticas pedagógicas e estruturas universitárias organizadas a partir de uma lógica ouvinte e homogênea.

Estudos sobre inclusão na Educação Superior demonstram que barreiras pedagógicas, digitais, institucionais e atitudinais comprometem a autonomia, o acesso ao currículo e a participação acadêmica dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, destaca-se a importância de compreender as experiências dos próprios estudantes surdos, considerando suas memórias e narrativas como fontes legítimas de conhecimento sobre os processos de inclusão. O diferencial da pesquisa está justamente em ouvir esses sujeitos, identificando os sentidos atribuídos às experiências acadêmicas e as estratégias de permanência construídas ao longo da formação. Assim, o estudo busca compreender



como estudantes surdos narram e significam suas experiências de inclusão na Educação Superior, contribuindo para a construção de práticas e políticas mais sensíveis às diferenças linguísticas e culturais.

Desenvolvimento

Metodologia

A presente pesquisa busca compreender as experiências de inclusão vivenciadas por estudantes surdos na Educação Superior, considerando suas memórias, vivências e trajetórias acadêmicas como fontes de conhecimento acerca dos processos de permanência, participação e acessibilidade no contexto universitário. A partir de suas narrativas, procura-se analisar como esses estudantes percebem, significam e experienciam a inclusão ao longo de sua formação acadêmica.

O estudo fundamenta-se na escuta dos próprios estudantes surdos, valorizando suas falas, experiências e percursos formativos, com o intuito de identificar os desafios enfrentados no ambiente universitário, assim como as estratégias construídas para garantir sua participação e continuidade nos cursos. Ao privilegiar a perspectiva desses sujeitos, a pesquisa busca compreender dimensões linguísticas, culturais e subjetivas que atravessam os processos de inclusão, contribuindo para reflexões que ultrapassem análises centradas apenas nos aspectos institucionais e normativos.

Referencial teórico

A ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil, impulsionada por políticas afirmativas e marcos legais voltados à inclusão, tem possibilitado o ingresso de estudantes surdos nas universidades. Contudo, o acesso não assegura, por si só, condições equitativas de permanência e êxito acadêmico, evidenciando a persistência de barreiras comunicacionais, pedagógicas e institucionais no contexto universitário. Historicamente, conforme aponta Menicucci (2006), as pessoas com deficiência foram excluídas dos

espaços sociais e educacionais em razão de concepções médicas e assistencialistas que compreendiam a deficiência como incapacidade, perspectiva que também marcou a trajetória educacional das pessoas surdas.

No campo das políticas inclusivas, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) e demais normativas voltadas à acessibilidade buscam assegurar o direito à participação plena nos espaços educacionais. Entretanto, Anache e Cavalcante (2018) destacam que a permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior exige não apenas recursos de acessibilidade, mas também transformações nas práticas pedagógicas e nas estruturas institucionais. Na mesma direção, Sá e Della Déa (2020) defendem que inclusão e acessibilidade devem ser compreendidas como processos de conscientização e mudança social, capazes de enfrentar preconceitos e fortalecer uma educação mais humana e inclusiva.

No caso dos estudantes surdos, Martins e Napolitano (2017) ressaltam que a efetivação das políticas inclusivas depende do reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda, especialmente da Libras como direito linguístico e pedagógico. Nesse sentido, a educação bilíngue apresenta-se como elemento fundamental para garantir acesso, permanência e participação efetiva desses estudantes no contexto universitário. Apesar dos avanços legais, a inclusão na Educação Superior ainda enfrenta desafios significativos, reforçando a necessidade de compreender as experiências e narrativas dos próprios estudantes surdos como forma de refletir sobre práticas e políticas educacionais mais sensíveis às diferenças linguísticas e culturais.

Resultados e discussão

Apesar da ampliação do acesso de estudantes surdos à Educação Superior por meio de políticas afirmativas e marcos legais, esse público ainda enfrenta barreiras comunicacionais, pedagógicas e institucionais que impactam sua permanência e participação acadêmica. A partir das narrativas dos participantes, busca-se compreender

como esses estudantes vivenciam os processos de inclusão e os sentidos atribuídos às experiências acadêmicas ao longo de suas trajetórias formativas.

As discussões poderão demonstrar que, embora legislações como a Lei Brasileira de Inclusão, a Lei de Libras e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva assegurem direitos educacionais, a efetivação da inclusão ainda encontra limites nas práticas institucionais e em estruturas organizadas a partir de uma lógica ouvinte e homogênea. Ao mesmo tempo, espera-se identificar estratégias de permanência construídas pelos próprios estudantes surdos, contribuindo para reflexões sobre práticas e políticas mais sensíveis às diferenças linguísticas e culturais na Educação Superior.

Considerações finais

A inclusão de estudantes surdos na Educação Superior tem se constituído como um importante tema no campo da Educação Especial e Inclusiva, especialmente diante da ampliação do acesso promovida por políticas afirmativas e marcos legais voltados à garantia de direitos. Contudo, compreender os processos de inclusão na universidade exige reflexões que ultrapassem o acesso formal, considerando também as experiências vivenciadas pelos próprios estudantes surdos em seus percursos acadêmicos.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa propõe analisar as memórias e narrativas de estudantes surdos acerca de suas experiências na Educação Superior, buscando compreender como esses sujeitos significam os processos de inclusão, acessibilidade e permanência no contexto universitário. Ao direcionar o olhar para as vivências dos próprios estudantes, o estudo pretende contribuir para discussões relacionadas às barreiras comunicacionais, pedagógicas e institucionais que podem atravessar a trajetória acadêmica desses sujeitos.

Além disso, a pesquisa busca ampliar as reflexões sobre a importância da acessibilidade comunicacional e do reconhecimento das especificidades linguísticas e

culturais da comunidade surda no contexto da Educação Superior. Espera-se que o estudo possa contribuir para o fortalecimento de práticas e políticas institucionais mais sensíveis às diferenças, favorecendo debates sobre inclusão para além do cumprimento formal da legislação.

Por fim, pretende-se que os resultados obtidos subsidiem a elaboração do produto educacional proposto, consistente em um vídeo educativo bilíngue (Libras/Português), voltado à sensibilização da comunidade acadêmica para práticas inclusivas na Educação Superior. Dessa forma, a pesquisa reafirma a relevância de estudos que valorizem as narrativas e experiências dos estudantes surdos como importantes fontes de conhecimento sobre os processos de inclusão no ambiente universitário.

Referências bibliográficas

ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na educação superior. *Psicologia: Educação e Ensino*, v. 22, p. 115 -125, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/5rh8ZTtr6Hgx4ZfLdkgRPhb/?lang=pt. Acesso em: 01 dez. 2025.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*,



Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: Portal MEC. Acesso em: 9 maio 2026.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 33, n. especial 3, p. 107-126, dez. 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.51043. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/wyfhXhGzM5dyxfPCSXq8Vph/?lang=pt. Acesso em: 01 dez. 2025.

MENICUCCI, Maria Do Carmo. Educação Inclusiva: possibilidades e desafios atuais. Centro de Formação de Professores/PUC Minas. Educação Especial Inclusiva: ênfase em Ciências Humanas, livro-texto 1, p. 8 a 11. 2006.

SÁ, A. C. M.; DELLA DÉA. Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: Reflexões e ações em universidades brasileiras [Ebook] /Ana Claudia Maranhão Sá, Vanessa Helena Santana Dalla Déa. Goiânia: Cegraf UFG, 2020.